

LEI Nº 9.085 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

**DISPÕE SOBRE O
PARCELAMENTO DE
DÉBITOS NO ÂMBITO DA
PREVIDÊNCIA DO RIO
GRANDE – PREVIRG E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município com a Previdência do Rio Grande em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no artigo 14 da Portaria MPT nº 1.467 de 06 de junho de 2022.

Parágrafo Único: O parcelamento de que trata o caput incluem contribuições previdenciárias patronais e também a contribuição a título de recuperação do déficit atuarial e financeiro devidas pelo Município junto a Autarquia Previdência do Rio Grande, PREVIRG, relativas ao período compreendido entre as competências do mês de agosto a outubro de 2023, sendo o montante da dívida no valor nominal de R\$ 23.098.956,30 (vinte e três milhões, noventa e oito mil e novecentos e cinquenta e seis reais com trinta centavos).

Art. 2º Para apuração do montante devido a ser parcelado, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado desde o mês de vencimento do débito até o mês anterior a data de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável pela sua apuração, acrescidos de juros simples de 1,00% (um por cento) ao mês acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único: As prestações vincendas determinadas no caput serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescidos de juros simples de 1,00% (um por cento) ao mês acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

Art. 3º As parcelas eventualmente pagas em atraso sofrerão correção monetária pela variação do INPC, acrescidos de juros moratórios simples de 1,00% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até o mês do efetivo pagamento e multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor nominal da parcela vencida e não paga.

Art. 4º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento não pagas no seu vencimento.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação do termo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de dezembro de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação